



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639936 - SP (2021/0012178-1)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DANIEL ROBERTO DE SOUZA
ADVOGADO : DANIEL ROBERTO DE SOUZA - SP289297
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCUS VINICIUS AMANCIO DOS SANTOS (PRESO)
PACIENTE : JANIR AMANCIO DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCUS VINICIUS AMANCIO DOS SANTOS e JANIR AMANCIO DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2274822-44.2020.8.26.0000).

Os pacientes foram presos em flagrante, em 17.08.2020, pela suposta prática dos crimes de tráfico de drogas e de associação para a traficância.

O impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários para a decretação da segregação antecipada, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, sendo cabível o deferimento da liberdade provisória ou da revogação da custódia cautelar.

Assevera que os acusados possuem domicílio fixo e certo, e que MARCUS possui um filho menor de 12 anos que necessita de seus cuidados.

Alega a desproporcionalidade da cautelar, aduzindo que, em caso de eventual condenação, farão jus à minorante do tráfico, à substituição da pena privativa por restritiva de direitos e à fixação do regime inicial diverso do fechado.

Defende a aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, com a finalidade de impedir o contágio pelo novo coronavírus nos presídios.

Consigna a substituição da preventiva por prisão domiciliar, nos termos do art. 318, inciso III, do Código de Processo Penal ou por medidas cautelares diversas.

Destaca o excesso de prazo da custódia cautelar dos pacientes, aduzindo que fazem jus à revogação da prisão.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva dos acusados ou o deferimento da liberdade provisória com ou sem a aplicação de medidas alternativa ou a prisão domiciliar. No mérito, pugna pela concessão da ordem, para que seja confirmada a liminar requerida, expedindo-se os respectivos alvarás de soltura, a fim de que possam responder ao processo em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se do acórdão impugnados os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 270/272):

Trata-se de acusação de cometimento de delitos graves, um deles hediondo por equiparação, que indiscutivelmente comprometem a paz pública, de

sorte que, por aqui, a custódia cautelar não se reveste das características próprias do constrangimento ilegal, como, aliás, bem fundamentado na decisão de primeiro grau digitalizada a fls. 121/123, principalmente se considerado que em poder dos pacientes foi apreendida elevada quantidade de maconha (1,484 Kg dividido em 02 "tijolos", segundo laudo de exame toxicológico de fls. 160/163), denotando-se a gravidade concreta dos delitos e a finalidade mercantil do entorpecente apreendido.

Diante disso, impossível considerar sem fundamentação a decisão, ou mesmo ausentes os requisitos das custódias decretadas, ao contrário do alegado pelo impetrante, se o Juízo de origem expressamente anotou os motivos que levaram à decretação das prisões, reconhecendo a presença dos requisitos legais.

[...]

Já a pretensão de que a liberdade provisória deve ser concedida ao paciente Marcus Vinícius por ele ser genitor de filho menor de 12 (doze) anos, não pode ser acolhida, pois é certo que o próprio texto legal determina a comprovação de que seja ele o único responsável pelos cuidados da criança (artigo 318, inciso VI, do Código Penal), ônus que caberia ao seu Defensor constituído, e que não se comprovou nesta impetração.

No que se refere à aplicabilidade da Recomendação nº 62 do Conselho Nacional de Justiça ao presente caso, em razão de os pacientes pertencerem ao grupo de risco de complicação em caso de contaminação pelo novo "coronavírus", no interior da unidade prisional, trata-se de questão ainda não apreciada pelo Magistrado de origem, não sendo possível a análise, em primeiro lugar, por esta Corte, o que representaria indevida supressão de instância.

Ademais, o enfrentamento da pandemia do novo "coronavírus", por si só, não autoriza a concessão automática e generalizada dos pedidos de liberdade provisória, mormente porquanto, além de não encontrar respaldo legal, iria de encontro à preservação da segurança pública, garantia preconizada como direito difuso e também dever do Estado pelo artigo 144 da Constituição Federal.

Por fim, em consulta realizada por esta Relatoria aos autos originários, verificou-se que o feito segue tramitação regular e, em decisão datada de 30/11/2020, a denúncia foi recebida e, na mesma oportunidade, designada audiência de instrução, debates e julgamento para o dia 02/03/2021, às 15 horas (cf. fls. 185/187 dos autos de origem).

Logo, nos limites da discussão autorizada no habeas corpus, não há como reconhecer o constrangimento ilegal capaz de justificar as solturas pretendidas.

Considerando, ainda, que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência